

Senador aponta omissões e discorda dos números

Ao analisar os aspectos econômicos da mensagem do presidente Ernesto Geisel ao Congresso Nacional, o líder oposicionista no Senado, Paulo Brossard, depois de afirmar que os números ali apresentados "não são tão incontestáveis como proclama o chefe do governo, em tom desafiador", criticou longamente a parte relativa à dívida externa do país, lamentando a omissão de dados ou de explicações no documento. Enquanto isso, notou, essa omissão não impediu que o presidente ressaltasse na mensagem o "projeto banda de música", destinado a preservar os conjuntos existentes e a incentivar novas bandas. Para o senador gaúcho, "na sua ordem de valores, o presidente colocou as bandas musicais à frente de questões relacionadas com o endividamento externo do País".

Insistindo em apontar erros e omissões da mensagem, Paulo Brossard afirmou que o governo brasileiro oferece taxas altas de juros para não ter dificuldades na obtenção dos empréstimos, assinalando que, "em outros tempos, isso seria insuportável e a nação se levantaria. Hoje, não acontece nada e se a voz da oposição soar com o timbre que lhe é próprio, não tardam as ameaças de penas infernais, ora veladas, ora obliquas ou ostensivas. Contudo, pode a nação estar certa de que a oposição há de cumprir o seu dever, sem pedir licença a ninguém. Ela pode ser calada, mas, não dispondo mais que a palavra, não cometerá o impatriotismo de calar-se".

MONTANTE

Sempre duro e estranhando que a mensagem do presidente não informe o montante do serviço da dívida externa, Brossard fez o seu discurso praticamente para a bancada emedebista. Os senadores da Arena, com exceção do líder Eurico Rezende e dos vice-líderes Virgílio Távora, Helvídio Nunes e José Sarney, abandonaram o Plenário antes que o representante gaúcho começasse a falar.

Disse Brossard que, "embora a mensagem não diga, a taxa mais alta paga pelo Brasil, em 1977, para obtenção de empréstimos externos, foi de 2,37%, enquanto a Venezuela obteve recursos de US\$ 1,2 bilhão, pelo prazo de 10 anos, com taxa de 0,75%". A seu ver, diante de tais números, "o Brasil está chegando à situação do viciado que, para obter a droga, paga qualquer preço".

Com isso, quis dizer que o País "está optando por uma es-

tratégia de administração de sua dívida, que consiste em pagar taxas de juros acima das do mercado de forma a obter a boa vontade dos bancos norteamericanos e para garantir a captação de capitais de longo prazo". Acrescentou que "não foi por outro motivo que o Senado aprovou em regime de urgência, recentemente, decreto legislativo que aprovava o novo texto do convênio constitutivo do Fundo Monetário Internacional".

REQUISITOS

No começo do discurso de ontem, o líder oposicionista disse que a mensagem governamental não satisfaz aos requisitos dessa peça, que deveria ser exemplar. O documento, notou, deveria ser expositivo e não tinha por que ser desafiatório. "Mais parece dirigido a uma força inimiga do que à representação nacional".

Brossard acusou o presidente de, ao tratar do problema da mortalidade infantil, tomar como referência a cidade de São Paulo, "como se o que ocorresse na grande capital valesse para todo o País". Além disso, mostrou que Geisel confronta a mortalidade ocorrida em um ano, o de 1973 (o pior), com a verificada em um mês, o de outubro de 1977, para concluir que a mortalidade infantil em São Paulo declinou de 94 para 54 mil. "Se em exercício escolar — assinalou — esse processo fosse utilizado por um estudante, ele lograria aprovação, por revelar inteiro descontentamento das regras mais elementares do método científico".

As mesmas críticas incidiram sobre o problema dos acidentes de trabalho, dizendo Paulo Brossard que Geisel, ao apontar um decréscimo de 400 mil acidentes em 1977, não está correto: "Aqui, os números presidenciais não resistem nem mesmo à crítica apressada. Não há quem não perceba o fio da falcia articulada". Explicou que a lei determinou que a empresa cabe pagar ao acidentado a remuneração integral, do dia do acidente e dos 15 dias seguintes. "Quem não sabe que, por força dessa lei, recente, e não por causa da assoalhada prevenção, o INPS se viu aliviado de grande massa de acidentados e de acidentados?".

No tocante ao desemprego, o senador pelo Rio Grande do Sul criticou o trecho da mensagem presidencial que, apontando uma população economicamente ativa de 37,5 milhões de pessoas, diz não se registrar desemprego em escala apreciá-

vel. "Que se deve entender por escala apreciável de desemprego?", perguntou, acrescentando que, em matéria de desemprego, fica-se a saber apenas que ele passou a existir em 1977, quando a mensagem do ano anterior afirmava "ampliar-se as oportunidades de emprego".

Brossard estabeleceu, a propósito, uma comparação entre as mensagens de 1976 e 1977, concluindo que a população economicamente ativa decresceu no país.

INFLAÇÃO

Numa outra comparação, relativa à inflação, em que a mensagem de 1976 aponta o índice de 46,3%, enquanto a do ano passado indica o percentual de 38,8%, Paulo Brossard afirma que, "segundo a linguagem oficial, mensagem após mensagem, fica-se a saber que a inflação declina de ano para ano. Contudo — acrescentou — e a despeito de declaração governamental, quanto mais baixa os índices inflacionários, mais sobe o custo de vida".

O parlamentar estranhou, também, o silêncio da mensagem a respeito da insolvência de empresas financeiras, dizendo que ela nada informa sobre "os 10 bilhões confessadamente extraviados no torvelinho das aventuras financeiras".

Esses 10 bilhões, crê o senador, poderiam ter sido utilizados para acelerar a Ferrovia do Aço, "mas sobre essa obra — completou — a mensagem fala apenas no prosseguimento da construção da Ferrovia do Aço, com investimentos de Cr\$ 1,8 bilhão".

"Não é menos chocante — observou ele — o silêncio, pesado como chumbo, que a mensagem guarda em relação à Caixa Econômica Federal e ao formidável estouro já agora do domínio público". A propósito, notou que a mensagem nada informa à Nação, "mas, em compensação, entendeu de dizer que, no ano passado, foram cadastradas 900 bandas. Bandas de música".

Sobre o projeto Carajás, prosseguiu o senador, "tudo o quanto se lê na mensagem é que, em 1977, a Cia Vale do Rio Doce efetivou a compra das ações que a US Steel mantinha na Amazônia Mineração S. A., ficando, desta forma, o projeto Carajás sob exclusiva responsabilidade da empresa brasileira".

Críticas igualmente pesadas foram feitas sobre o trecho da mensagem que fala na agropecuária. "A mensagem fala no excepcional desempenho da agropecuária". Os fatos, segundo entendeu Brossard, "contestam o ufanismo oficial. O Rio Grande, a uma só voz, reclama contra o preço do trigo, enquanto, em plena safra, a carne uruguaia é importada às toneladas, e não mais em regime de "drawback". E como se não bastasse, os cafeicultores, a partir de São Paulo, chegaram a empreender a Marcha Sobre Brasília".

No discurso de ontem, Brossard classifica de omissão imperdoável a inexistência de qualquer citação a respeito da "obra-prima do governo — a usura oficializada, que corroi a economia do País". Para o senador, "neste País, onde a liberdade é tão relativa, os juros se tornam absolutos, e eles sendo concedido, pelo governo, um habeas corpus". Por causa disso, assinalou, as empresas estão cada vez mais endividadas, e até as multinacionais se queixam dos altos custos financeiros.

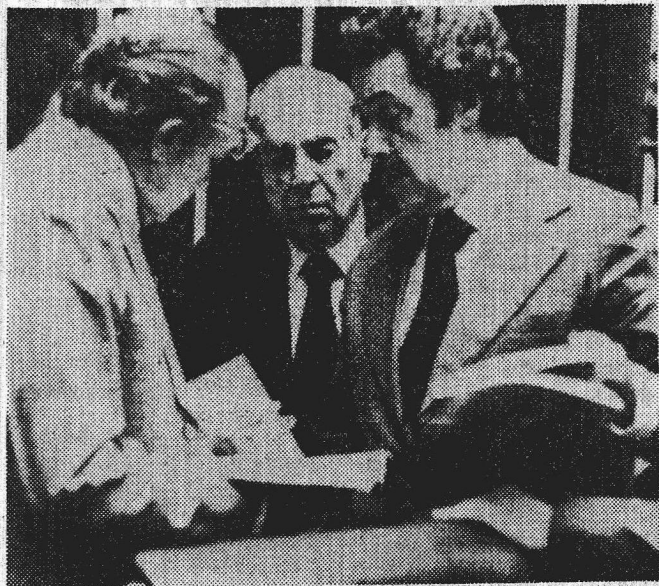


Foto Alencar Monteiro — Telefoto Estado

Portella toma conhecimento do incidente